

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.669.664 - PB (2020/0042768-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : DENYS PONTES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ROMULO AUGUSTO DE AGUIAR LOUREIRO FILHO -
PB019671
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
INTERES. : EMMANOEL PAULINO DA SILVA
ADVOGADO : PRISCILLA RIBEIRO PAULINO - PB016434

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por DENYS PONTES DE OLIVEIRA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de DENYS PONTES DE OLIVEIRA, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 09/10/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 30/10/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5º e 1.029, todos do Código de Processo Civil, bem como o art. 798 do Código de Processo Penal.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Ainda, a parte Recorrente foi intimada da decisão agravada em 17/12/2019, sendo o agravo somente interposto em 30/01/2020.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias corridos, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5º,

Superior Tribunal de Justiça

1.042, *caput*, do Código de Processo Civil, bem como do art. 798 do Código de Processo Penal.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente